



**SOCIEDADE  
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

# **VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**

**19 a 22 Junho 2012**

**Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação**

---

ÁREA TEMÁTICA: ST4 Classes, Desigualdades e Políticas Públicas

---

**ORIGENS, DESTINOS E TRAJETÓRIAS DE CLASSE: UMA ANÁLISE DA MOBILIDADE SOCIAL EM 2 GERAÇÕES DE PORTUGUESES**

---

RAMOS, Vasco

Doutorando no ICS-UL

Mestre em Sociologia pelo ISCTE-IUL

vasco.ramos@ics.ul.pt



### Resumo

Diversos estudos demonstram a manutenção de elevados níveis de desigualdade na sociedade portuguesa, com a situação da família de origem a influenciar fortemente a trajetória social dos indivíduos. O objetivo central do estudo é analisar a mobilidade social, a partir da investigação comparativa das trajetórias de classe social de portugueses nascidos em diferentes gerações. Parte-se de uma perspetiva teórica sobre as classes sociais, que as entende como um conjunto de agentes que ocupam posições aproximadas, num sistema pluridimensional de desigualdades, e valoriza-se uma perspetiva sobre o percurso de vida que reconhece a importância central dos constrangimentos estruturais, mas salientando a necessidade de os analisar longitudinalmente. Usando dados do projeto "Trajetórias familiares e redes sociais: a trajetória de vida numa perspetiva intergeracional" examinam-se comparativamente trajetórias de classe seguindo o percurso de vida. Utiliza-se uma metodologia inovadora que recorre à análise sequencial procurando estabelecer uma relação entre tempo histórico e mobilidade social. Comparam-se trajetórias de classe dos indivíduos em função das suas origens de classe, visando relacionar mobilidade, geração e género. Conclui-se que a desigual distribuição de recursos, materiais e escolares, continua a ser fulcral para a compreensão das trajetórias de classe e de mobilidade social, embora se observem diferenças geracionais consideráveis nos mecanismos de reprodução das desigualdades. A desigual distribuição das qualificações escolares, em particular das mães, revela-se decisiva para compreender a mobilidade.

### Abstract

Several studies have shown the maintenance of high levels of inequality in the Portuguese society, with the situation of the family of origin strongly influencing the social trajectory of the individuals. Taking as a backdrop the significant structural changes that frame Portuguese modernity, the central objective of the study is to analyze social mobility, using a comparative investigation on the social class trajectories of Portuguese men and women born in different generations. The starting point is a theoretical perspective on the social classes. This perspective is combined with an outlook on the life course that recognizes the central importance of the structural constraints, but points out the necessity of analyzing those effects longitudinally. Using data from the "Family trajectories and social networks: the life course in an intergenerational perspective" project, social class trajectories are examined comparatively, following the life course of each individual. An innovative methodology is used; it resorts to the sequential analysis of states, trying to establish a relation between historical time and social mobility. Social class trajectories are compared based on class origins, aiming to understand the relationship between mobility, gender, and generation. It is concluded that the unequal distribution of resources, material and educational, remains central to understanding the trajectory of class and social mobility. There are significant generational differences in the mechanisms through which social inequality is reproduced. The unequal distribution of school qualifications, in particular of mothers, is increasingly important to understand mobility.

Palavras-chave: Classes Sociais; Mobilidade Social; Desigualdades Sociais; Trajetórias de Classe; Análise de Sequências.

Keywords: Social Class; Social Mobility; Social Inequality; Class Trajectories; Sequence Analysis

PAP0110



## 1. Introdução

Tendo sido um conceito amplamente debatido e aprofundado teoricamente até meados dos anos 80 do século XX, o conceito de classe social tem perdido a centralidade que teve outrora. A contestação mais vinculada à sua utilidade e vem de longe e tem origens diversas: teorias da sociedade pós-industrial (Nisbet, 1959; Bell, 1973); teorias dos valores pós-materialistas (Inglehart, 1997). Tendo sido rotulado de anacrônico e ultrapassado pela modernização das sociedades, foi frequentemente substituído pelo conceito de “estrato” na abordagem da desigualdade social. Essa posição é defendida em especial pelas teorias funcionalistas segundo as quais, nas sociedades modernas, a noção de mobilidade social resulta dos princípios de igualdade de oportunidades e da eliminação da reprodução mecânica das antigas ordens sociais e da desigualdade que lhes era característica.

Autores de raiz (neo)funcionalista têm desenvolvido uma linha argumentativa contra a relevância das classes sociais sustentada em argumentos de três ordens de razão: econômica, cultural e política (Lipset *et al.* 1994; Pakulski e Waters, 1996; Clark e Lipset, 2001). A terciarização da economia teria contribuído para um nivelamento das condições de vida nas sociedades contemporâneas, tornando as relações com a esfera produtiva irrelevantes. Os estilos de vida definidos a partir de padrões identitários e orientados pela preferência, opinião ou afinidade, teriam substituído a classe social e sua relação com a posição na esfera da produção como aspecto essencial na diferenciação social. A nível cultural, a democratização do acesso à cultura e à educação, e o desenvolvimento de uma cultura de massas teria eliminado expressões culturais vinculadamente classistas. A nível político também seria possível observar o fim das classes, patente no decréscimo da votação de partidos marcadamente classistas como ainda na emergência de novos movimentos sociais, potenciados pela tecnologia, frequentemente desterritorializados e afastados de reivindicações redistributivas ou emancipatórias.

## 2. De volta ao conceito de classe social

Apesar dos importantes contributos que estes desenvolvimentos teóricos têm trazido à sociologia, existem linhas de argumentação que continuam a defender a centralidade do conceito de classe social para a análise das sociedades contemporâneas. Atkinson (2010) repara que algumas concepções de classe social utilizadas são inadequadas, superficiais ou contraditórias e que, ao não encontrarem indícios fortes de uma mobilização de classe, encontram aí um argumento que julgam suficientemente forte para darem as classes sociais como moribundas. Paradoxalmente utilizam um argumento marxista: buscam a correspondência entre uma *classe em si* (latente, formada na esfera econômica) e uma *classe para si* (mobilizada e possuidora de uma consciência política). Uma outra crítica que Atkinson (2010) aponta é que a obra de muitos dos teóricos da modernidade (Beck, Giddens, Baumann) é essencialmente teórica, carecendo as suas hipóteses de cuidadosa investigação empírica.

A denominada “*viragem cultural*” (Crompton, 2003) colocou uma ênfase exacerbada na relevância da dimensão cultural da hereditariedade social, fundindo a hierarquia cultural com a desigualdade econômica, quase fazendo espelho de um anterior determinismo econômico das teorias da reprodução social. Mesmo quando o conceito de classe social é utilizado, as análises tomam com frequência um pendor culturalista exacerbado, que tende a esvaziar a dimensão econômica do conceito. A percepção da existência de outras formas de diferenciação social não implica o desaparecimento das anteriores e o processo de individualização não implica a morte da classe social mas antes alterações à forma como se manifesta (Savage, 2000: xiii).

A abordagem de Bourdieu (1984, 1997) à temática das classes sociais e da mobilidade social constituiu um importante desenvolvimento teórico-metodológico. Este autor privilegia a análise da *trajetória social*, conceito que liga a posição atual na estrutura social com a origem social (familiar) e que caracteriza as disposições e práticas assimiladas através da socialização, das condições originárias de existência e também do percurso percorrido. Compreender as trajetórias sociais implica desenvolver um enfoque específico sobre a evolução histórica do posicionamento dos indivíduos, dando atenção à posição que ocupam no espaço social (em termos hierárquicos e de recursos disponíveis) e à sua origem social, pela importância que o

domínio familiar desempenha tanto na transmissão de recursos como na formação de disposições, expectativas, ambições, etc. (Montagner, 2007).

A conceção da estrutura social bourdiana rompe com a ideia de uma estrutura unidimensional e incorpora três dimensões: a estrutura dos capitais em presença, o volume dos capitais e a sua evolução ao longo do tempo. A conjugação destes elementos permite captar tanto os deslocamentos laterais como os horizontais, na estrutura social. Esta forma de abordagem à estrutura social é um contributo importante para a compreensão da mobilidade / recomposição da estrutura de classes, pois articula as transformações da estrutura social, as pressões que são exercidas sobre os indivíduos e as suas respostas estratégicas, o peso relativo dos seus recursos nos diferentes domínios da vida, não descurando a importância do enquadramento institucional providenciado pelo Estado, pelo sistema de ensino, pelo sistema legislativo, entre outros (Grácio, 1997).

A explicação da estrutura e funcionamento da sociedade implica o reconhecimento do papel do capital na sua forma plural. Os dois eixos fundamentais de transmissão da desigualdade por via familiar são o eixo material e o eixo cultural (Crompton, 2008). A transmissão do capital económico é mais linear e está institucionalizada pelo direito hereditário e outros mecanismos legais. A transmissão por via cultural é mais difusa e complexa, sendo a dimensão temporal variável determinante, na medida em que está intrinsecamente relacionada com a socialização (Bourdieu, 1997). Na transmissão do capital cultural, a transmissão do capital escolar é apenas a dimensão mais facilmente contabilizável. Sendo um recurso relativamente escasso, de transmissão sinuosa, e crescentemente necessário à ocupação das posições dominantes na sociedade, a transmissão deste capital marca fortemente as estratégias de reprodução e conversão do capital.

### **3. De volta ao conceito de classe social**

Os temas da estratificação, estrutura de classes e mobilidade social na sociedade portuguesa são temas que vêm interessando a Sociologia portuguesa desde o seu início. Em particular nos anos 1980 e 1990, a análise de classes sociais e mobilidade/recomposição da estrutura de classes conheceu uma elevada vitalidade e produtividade tanto teórica como empírica com o contributo de autores procedentes de diversas escolas.

Autores procedentes do ISCTE desenvolveram uma tipologia de classes (designada por ACM) que tem sido um instrumento popular na análise das classes sociais em Portugal na última vintena de anos, dispondo já de considerável acumulação cognitiva e empírica em vários projetos de investigação (Machado *et al.*, 2003). A tipologia desenvolvida por estes autores procura conjugar uma perspetiva de inspiração (neo)marxista, a de Wright, na medida em que valoriza a posse de propriedade, acrescida dos recursos organizacionais e das qualificações profissionais, com uma perspetiva culturalista, a de Bourdieu, que valoriza a posse, volume e composição dos *capitais*. Para estes autores é essencial a utilização do grupo doméstico de origem como unidade de análise da classe e mobilidade social, reconhecendo-se assim o papel do mesmo nas trajetórias de vida e nos modos de pensar e agir dos indivíduos. Em termos de resultados empíricos, num estudo representativo da população portuguesa Machado e Costa (1998) observaram a existência de fluxos de mobilidade e de reprodução consideráveis, bem como a existência de trajetórias sociais muito heterogéneas e diferenciadas em termos de género.

No já mencionado estudo de Cabral (1998), o autor desenvolve uma análise inspirada em Goldthorpe e observa a existência de fluxos de mobilidade *intergeracional* absoluta elevados, expectáveis face às transformações sociopolíticas que marcaram a sociedade portuguesa. Segundo o autor, os nascidos entre o final da década de 1940 e início da década de 1950 serão aqueles que terão tido maior probabilidade de mobilidade social, beneficiando da modernização técnico-profissional da sociedade portuguesa a partir do final da década de 1960 e da abertura política que se lhe seguiu. Essa mobilidade é geralmente ascendente, embora se observem fortes sinais de reprodução junto ao topo (com reconversão de capital económico em capital escolar), como também na base do esquema de classes. O volume de mobilidade *intra*geracional é

também relativamente elevado e de sentido predominantemente ascendente, sendo os fatores mais determinantes para tal a modernização tecnológica, bem como a abertura do sistema escolar.

O estudo da estrutura de classes sociais em Portugal realizado por Estanque e Mendes (1998), partindo de uma perspetiva marxista, orientada pelo trabalho de Wright (1997) e pela tipologia W dos lugares de classe. Salientando a importância das variáveis históricas e contextuais, nomeadamente a transição para a democracia, a entrada na UE e uma rápida modernização económica, os autores consideram que existe uma fragmentação e precarização da força de trabalho que se estende do sector industrial para o sector dos serviços. A expansão do sector público e administrativo justifica que as camadas “médias” da população, quadros técnicos e qualificados, se encontrem essencialmente no sector estatal. A pequena dimensão média das empresas privadas, sua escassa modernização tecnológica e recurso a um modelo industrial de trabalho intensivo, justifica o pouco peso dos quadros no sector privado.

Sendo o mercado de trabalho português dos mais feminizados da Europa, os autores notam que nas categorias profissionais operárias existe menor feminização que em outras sociedades consideradas desenvolvidas. Já nas posições mais qualificadas da estrutura de estratificação existe uma maior abertura ao emprego feminino. O maior sucesso das mulheres na educação, ainda sem uma correspondência na ocupação de cargos de chefia, terá impactos na recomposição da estrutura de classes portuguesa e será resultado de uma lógica patriarcal que tende a encaminhar os filhos para o trabalho em idades mais precoces, reservando a possibilidade de continuar os estudos para as mulheres.

Estes trabalhos relevam o impacto das alterações estruturais que a sociedade portuguesa sofreu na sua (re)composição em termos de classes sociais. Essas alterações incluem: a evolução demográfica, marcada pelo envelhecimento da população; o aumento da escolarização; a crescente urbanização e litorização da população; a terciarização da atividade económica; o incremento do trabalho feminino; e transformações no domínio da vida familiar. Como Estanque e Mendes (1999) salientam, esta é uma das áreas mais problemáticas na análise da mobilidade social, uma vez que parte do que poderia ser considerado um fluxo “ascendente” será certamente parte da mudança da própria estrutura social, com o esvaziamento de certos grupos profissionais e frações de classe e o rápido crescimento de outros, sobretudo aqueles que necessitam de qualificações escolares mais elevadas.

## **4. Desenho da Pesquisa**

### **4.1. Dados**

A pesquisa que realizámos visa analisar, em primeiro lugar, se existem diferenças nas trajetórias de classe de portugueses nascidos em dois tempos históricos diferentes. Em segundo lugar, pretende saber em que medida a origem de classe tem impacto sobre as trajetórias de classe social dos indivíduos. Em terceiro lugar, pretendíamos saber se o impacto da classe social de origem nas trajetórias de classe de indivíduos é diferente em diferentes contextos temporais. Por fim, visávamos aferir qual a importância do género, enquanto eixo fundamental de diferenciação social, no impacto da origem da classe na trajetória de classe dos indivíduos.

Os dados que analisámos referem-se a uma amostra representativa de 1054 indivíduos, do sexo masculino e feminino, pertencentes a duas coortes diferentes (nascidos entre 1950 e 1955; e entre 1970 e 1975)<sup>1</sup>. A coorte que incorpora inquiridos nascidos entre 1950 e 1955 é aquela que viveu as enormes transformações sociais e políticas que se seguiram à Revolução de 25 de Abril de 1974, tendo atingido a maioridade apenas recentemente aquando desse acontecimento. A coorte mais jovem, englobando nascidos entre 1970 e 1975, representa a população que cresceu já num país com regime democrático e entrou na vida adulta já após a entrada de Portugal na União Europeia.

## 4.2. Metodologia

A análise aproxima-se daquilo a que se convencionou denominar de “estudo longitudinal” pois analisa a evolução ao longo do percurso de vida de uma característica particular dos mesmos indivíduos (Babbie, 1989), neste caso a classe social. No entanto, ao contrário dos estudos longitudinais, tradicionalmente observacionais, neste caso trata-se de uma retrospectiva sobre a vida. Levámos em consideração o *indicador socioprofissional de classe* desenvolvido por Almeida, Costa e Machado (ACM) (Costa *et al.* 2000; Machado *et al.*, 2003). O indicador socioprofissional de classe dos indivíduos é construído a partir das variáveis “situação na profissão” e “profissão”. A articulação destes indicadores resulta, em termos individuais, numa tipologia de classes sociais constituída por sete categorias: empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL); profissionais técnicos e de enquadramento (PTE); trabalhadores independentes (TI); agricultores independentes (AI); empregados executantes (EE); operários (OI); e assalariados agrícolas (AA). Foi mantida a referência a situações em que não é possível construir um indicador individual de classe, por não existir integração no mercado de trabalho que consideramos analiticamente relevantes.

Reconhecendo que o grupo doméstico de origem é uma instância central na mobilização e transmissão de recursos, materiais e outros, o mesmo será tomado como unidade de análise da classe e da mobilidade social, sendo esta igualmente operacionalizada com base nos indicadores socioprofissionais do grupo doméstico de origem, segundo a proposta ACM. Neste caso, o procedimento tem a vantagem de não estabelecer uma hierarquia de género na determinação da classe do grupo doméstico de origem, sendo utilizado um critério que valoriza o tipo de capital dominante ou a conjugação de capitais entre os progenitores (Machado *et al.*, 2003).

Para além do indicador de classe, a análise das trajetórias de classe será complementada recorrendo a uma outra dimensão de diferenciação social, essencial para a compreensão das sociedades contemporâneas, o capital escolar. O indicador socioeducacional permite captar um outro tipo de recursos que, pela sua distribuição desigual, são passíveis de produzir efeitos específicos tanto nas representações, disposições e sistemas classificatórios dos indivíduos como também nas suas práticas e estratégias (Costa, 1999).

## 4.3. Principais Hipóteses

Sucintamente elencamos algumas das hipóteses de trabalho subjacentes a esta análise. A primeira hipótese estabelece que a classe social de origem mantém a sua influência na trajetória de classe dos indivíduos, muito embora seja expectável que os processos de reconversão de capital, nomeadamente de capital económico em capital cultural, mais especificamente escolar, produzam efeitos na forma como essa influência se expressa.

A segunda hipótese será a da existência de padrões de mobilidade social diferenciados em cada geração. A perspetiva intergeracional pretende perceber se houve alterações no nível de mobilidade social nas últimas décadas, permitindo comparar o crescimento e vivência em períodos históricos diferenciados no percurso de vida dos indivíduos. No nosso quadro teórico, é expectável que se encontrem diferenças entre as trajetórias dos indivíduos de diferentes gerações. Será necessário estabelecer uma relação entre o tempo histórico e a mobilidade social, em cada uma das gerações. A estratégia implica portanto a combinação de uma abordagem macro social (ao colocar as trajetórias de vida num contexto social e geracional) com uma abordagem micro (centrada nos percursos individuais), que nos permitirá observar o desenvolvimento de trajetos diversificados.

Uma terceira hipótese acrescenta um eixo adicional que analisa a construção de diferentes trajetos de mobilidade social ao longo da vida de homens e mulheres. O género será uma variável-chave para interpretar a mobilidade social numa perspetiva geracional. É admissível que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, a partir dos anos 60/70, bem como o aumento da escolarização, entre outros fenómenos, tenham produzido alterações significativas na mobilidade social das mulheres.

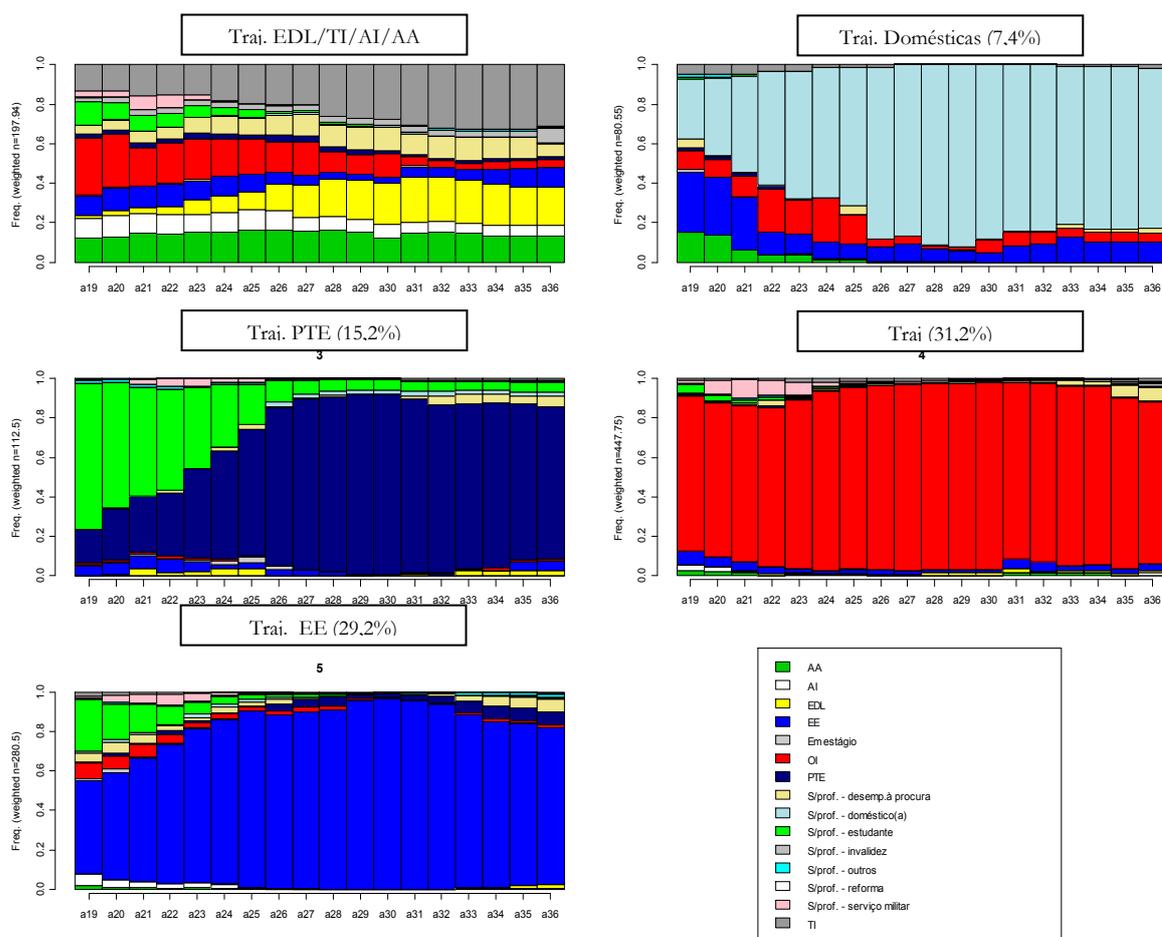
## 5. Resultados

### 5.1. Tipos de Trajetórias

A trajetória de classe social é analisada tomando por referência o *indicador socioprofissional de classe*, ao nível do indivíduo. A trajetória de classe social é observada empiricamente, acompanhando o percurso socioprofissional dos indivíduos em cada ano da sua vida, entre os 18 e os 35 anos de idade.

Com base na posição de classe dos indivíduos, construímos uma matriz de distâncias entre as trajetórias de classe, usando o *optimal matching* (Abbott e Tsay, 2000). Posteriormente, os dados foram agregados utilizando através da análise de clusters (método de Ward).

Figura 1 - Tipos de Trajetórias de Classe



Fonte: *Trajetórias Familiares e Redes Sociais, 2010*

A figura 1 indica a proporção dos indivíduos que, em cada ano da sua vida entre os 18 e os 35 anos de idade, ocupava cada uma das categorias do indicador socioprofissional de classe acrescida das condições de doméstica, desemprego, à procura do primeiro emprego, estudante, militar, na reforma, invalidez, etc..

O primeiro tipo representa cerca de 17% dos casos. É um conjunto diversificado que agrupa, no final do período considerado, diversas categorias de proprietários (empresários, dirigentes e liberais, trabalhadores independentes ou agricultores independentes) e os assalariados agrícolas. No segundo tipo de trajetória, que compreende 7,4% dos indivíduos, encontramos as mulheres domésticas. Na terceira trajetória (15,2% dos casos) encontram-se os indivíduos que se tornaram profissionais técnicos e de enquadramento, transitando para essa condição após longo período de escolarização, em geral não precedido por inserção no mercado de

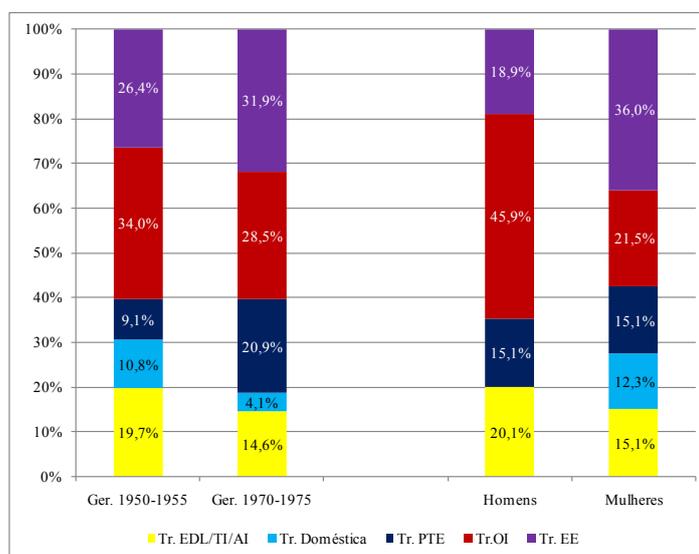
trabalho. As duas últimas trajetórias são marcadas por uma considerável estabilidade durante o período de tempo considerado. O quarto grupo, o mais numeroso com 31,2% dos indivíduos, agrupa os operários industriais. A quinta trajetória, que aglomera 29,2% dos casos, representa o grosso dos empregados executantes. Embora a maioria já tenha essa posição à partida, cerca de 15% dos indivíduos nesta trajetória estudaram até aos 19/20 anos.

## 5.2. Trajetórias de género e trajetória de geração

Como mostra a figura 2, as trajetórias de classe social diferem em função da geração e do género. Começando pela dimensão geracional, na geração de 1950-1955, que entra na vida adulta e no mercado de trabalho numa época em que o trabalho na agricultura está já em fortíssimo declínio, a trajetória do operariado é a mais numerosa (34%), seguida da trajetória dos empregados executantes (26,4%). A trajetória mais heterogénea em termos de composição, que aglomera proprietários, independentes e assalariados agrícolas, aglomera perto de 1 em cada 5 inquiridos. A trajetória das domésticas ainda tem um peso significativo (10,8%) suplantando inclusive o peso da trajetória dos profissionais técnicos e de enquadramento (9,1%).

Comparando a geração de inquiridos nascidos entre 1950-1955 com a geração de 1970-1975, há um declínio do peso relativo da trajetória que engrossa o operariado, agora substituída, em termos de importância, pela trajetória dos empregados executantes (31,9%). O peso combinado do operariado e trabalho executante é exatamente o mesmo (70,4%) nas duas gerações em análise. A trajetória dos profissionais técnicos e de enquadramento é também significativamente mais numerosa (20,9%). Declinam, em termos de importância na distribuição, as trajetórias dos EDL/TI/AI (14,6%) e sobretudo a trajetória do trabalho doméstico (4,1%).

Figura 2 - Tipos de trajetória de classe segundo a geração e o género



Fonte: *Trajetórias Familiares e Redes Sociais, 2010*

Este conjunto de alterações é em parte consequência da evolução da estrutura da economia portuguesa. A partir dos anos 60 a estrutura económica vai atravessar um período de modernização. Para além do desenvolvimento dos serviços, surgem vários polos de industrialização, que se irão desenvolver e disseminar ainda em meados dos anos 70, aumentando substancialmente a oferta de postos de trabalho na indústria. Simultaneamente ocorre um maciço êxodo rural com destino às zonas urbanas em torno de Lisboa e do Porto ou ao estrangeiro. Esse contexto aplica-se à geração nascida em 1950-1955. A geração de 1970-1975 entra no mercado de trabalho já em meados dos anos 90 do século XX, época de plena terciarização da economia, com uma grande expansão do sector dos serviços, em que o acesso ao ensino superior e profissões técnicas e qualificadas se começa a generalizar (Barreto, 1996; Machado *et al.* 2003).

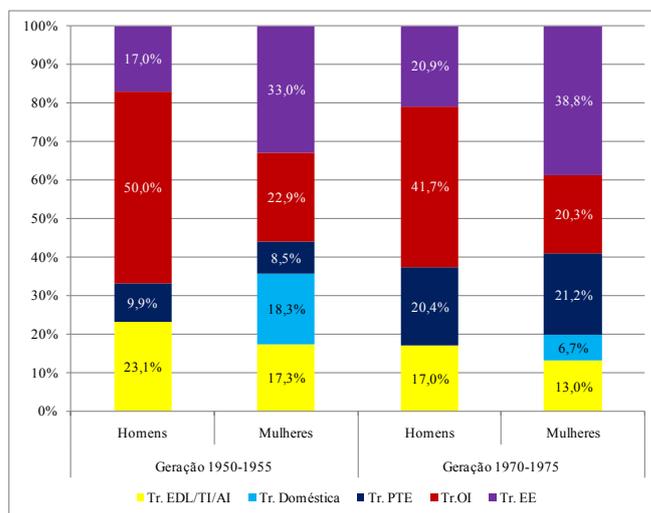
A expansão da participação feminina no mercado de trabalho formal é outro facto que marca significativamente o contexto histórico em que estas duas coortes chegam ao mercado de trabalho. Falamos aqui, naturalmente, de trabalho assalariado, pois as mulheres sempre estiveram no trabalho agrícola, para além de realizarem as tarefas domésticas. O aumento do número de mulheres ativas tem um forte impulso na década de 1960, o que já se reflete na geração de nascidos entre 1950 e 1955. Essa expansão do assalariamento feminino é alimentada inicialmente por mulheres jovens e solteiras que ocupam os lugares vagos por homens que partiam para a Guerra Colonial ou que emigravam (Aboim, 2011). Se até esse tempo tanto o casamento como, particularmente, o nascimento de filhos eram acontecimentos que retiravam as mulheres do mercado de trabalho, sendo o retorno raro e difícil, a partir da década de 1960 as mulheres mais frequentemente permanecem a trabalhar e assim desenvolvem carreiras longas no mercado de trabalho.

A forma como o mercado de trabalho se vai feminizar mostra-nos que tal não pode ser interpretado com mero efeito mecânico (Cabral, 1998). Na comparação entre as duas gerações, a muito considerável diminuição do número de mulheres que se tornam domésticas vai dar lugar a trajetórias de inserção profissional e de qualificação escolar. As trajetórias femininas diferem substancialmente das trajetórias masculinas e contribuem para uma composição sexual do mercado de trabalho muito diferenciada em termos de género, como havia sido observado por Mendes e Estanque (1998).

Comparando as duas gerações, articulando género e geração (figura 3), as diferenças mais assinaláveis têm que ver com o peso relativo da trajetória de maior qualificação escolar. De facto, na geração nascida entre 1950-1955 apenas 8,5% das mulheres seguiam esse trajeto, valor que se cifra em 21,2% na geração nascida entre 1970-1975. Também cresce o número de mulheres que seguem uma trajetória de emprego executante (de 33% passa para 38,8%), sendo esta a trajetória de classe mais comum entre as mulheres, independentemente da geração.

A trajetória do operariado industrial continua a ser maioritária entre os homens na geração nascida entre 1970-1975 (41,7%) apesar do decréscimo face à primeira geração (50%). A diminuição da importância da trajetória operária é menos sensível comparando mulheres das duas gerações (20,3% face a 22,9%).

Figura 3 - Tipos de trajetória de classe segundo a geração e o género



Fonte: *Trajetoórias Familiares e Redes Sociais, 2010*

Estes resultados parecem corroborar, pelo menos parcialmente, os de Machado e Costa (1998) que identificaram dois canais de promoção/reprodução social com protagonistas diferentes: uma via mais fechada, empresarial ou dirigente, tendencialmente menos qualificada e mais masculinizada; e uma via mais aberta, assente na qualificação técnica ou especializada, progressivamente mais feminina.

O indicador socioprofissional familiar de classe (Almeida, Costa e Machado (1988) e Costa (1999), (Tabela 1), revelam diferenças geracionais, embora em ambas as gerações os inquiridos provenham maioritariamente

de famílias de origem operária (respectivamente 29,6% e 29,8%). Observa-se um decréscimo acentuado do peso dos assalariados agrícolas (de 12,8% passa para 3,6%) que é compensado pelo duplicar do peso da pluriatividade e, em menor grau, pelo aumento da importância relativa dos empregados executantes. Os empresários, dirigentes e profissionais liberais praticamente duplicam o seu peso na origem de classe dos inquiridos da geração nascida entre 1970-1975 face à nascida entre 1950-1955 (12% e 6,2%).

**Tabela 1 - Classe Social do Grupo Doméstico de Origem**

	Geração 1950-1955 (n=518)	Geração 1970-1975 (n=536)
Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)	6,2%	12%
Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE)	4%	11,1%
Trabalhadores independentes (Ti)	7,8%	8,2%
Trabalhadores independentes pluriactivos (TIpl)	5,4%	3,8%
Agricultores Independentes (AI)	16,6%	6,5%
Agricultores Independentes pluriactivos (AIpl)	2,8%	1,1%
Empregados executantes (EE)	7,8%	9,6%
Operários (OI)	29,6%	29,8%
Assalariados agrícolas (AA)	12,8%	3,6%
Assalariados executantes pluriactivos (AEpl)	7%	14,1%

$\chi^2 (9) = 93,818; p < 0,001$

Fonte: *Trajetórias Familiares e Redes Sociais, 2010*

O crescimento da origem de classe *profissionais técnicos e de enquadramento* é, em termos proporcionais, muito significativo, representando esta categoria 11,1% da origem de classe dos nascidos entre 1970-1975, quando para os nascidos entre 1950-1955 contabilizava apenas 4%. De salientar ainda a redução do peso dos agricultores independentes, que somavam apenas 6,5% das origens de classe dos nascidos entre 1970 e 1975, face aos 16,6% entre os que nasceram no período que vai de 1950 a 1955.

Não substituindo, nem suplantando as desigualdades de classe, os capitais escolares são um indicador relevante para a compreensão dos processos de mobilidade social contemporâneos. São-no pela importância crescente que as qualificações têm no mercado de trabalho e como, desse modo, influenciam a inserção profissional dos progenitores. Mas são-no também pela forma como a sua presença no grupo doméstico é passível de ser tanto um recurso mobilizável, por exemplo no apoio às tarefas escolares, como de fornecer incentivo e valorização ao desempenho escolar.

Olhando para os dados é evidente que, independentemente da geração e do género dos progenitores, os recursos escolares disponíveis nos agregados de origem são extremamente baixos. A esmagadora maioria dos pais dos nascidos tanto na geração de 1950-1955 como na geração de 1970-1975 tem, no máximo, o 1º ciclo do ensino básico, existindo um número considerável que não possui sequer qualquer escolaridade formal, valor particularmente elevado entre as mães dos inquiridos nascidos na geração de 1950-1955 (46,5%).

**Tabela 2 - Escolaridade do Grupo Doméstico de Origem**

	Ger. 1950-1955		Ger. 1970-1975	
	Pai (n=494)	Mãe (n=499)	Pai (n=516)	Mãe (n=526)
Sem escolaridade	33,6%	46,5%	10,3%	12,5%
1º Ciclo do ensino básico	58,5%	48,7%	67,4%	67,7%
2º E 3º ciclo do ensino básico	2,2%	1,2%	3,9%	3,4%
Ensino Secundário	3,8%	3,0%	14,1%	10,6%
Ensino Superior	1,8%	0,6%	4,3%	5,7%
Número médio de anos de escolaridade	2,8	2,1	4,9	4,6
Desvio-padrão	3,0	2,6	3,7	3,7

Fonte: *Trajétórias Familiares e Redes Sociais, 2010*

Os progenitores dos nascidos entre 1970 e 1975 têm, na sua grande maioria, o 1º ciclo do ensino básico, o que correspondia à escolaridade obrigatória à época, correspondendo esse grau a apenas 4 anos de escolaridade. Embora em comparação com os pais dos nascidos na geração de 1950-1955 se observe a existência de mais indivíduos com famílias de origem com maiores recursos qualificacionais, ao nível do ensino secundário ou superior, estes não representam mais que 18,4% no caso dos pais e 16,3% no caso das mães. Observa-se ainda a existência de maior volume de capital escolar nos pais do que nas mães. Estamos pois perante duas gerações marcadas por uma aguda escassez de qualificações escolares e também por uma enorme desigualdade na sua distribuição.

### 5.3. Importância da Origem Social na Trajetória de Classe

No sentido de perceber a natureza da relação entre a origem social e a trajetória de classe realizámos um conjunto de regressões logísticas entre a classe social do grupo doméstico de origem e a trajetória de classe entre os 18 e os 35 anos de idade. Foram incluídas nos modelos de regressão outras variáveis independentes que, pelo exposto anteriormente, podem contribuir para uma melhor compreensão da mobilidade social (coorte/geração, género, indicador socioeducacional de cada um dos progenitores).<sup>ii</sup> Os resultados são apresentados na tabela 3, com recurso a *odds ratio* e significâncias associadas, para além da explicação global do modelo.

É relativamente à trajetória dos operários industriais que o modelo explicativo se revela mais eficiente (Nagelkerke = 0,293). Olhando para os efeitos significativos constatamos que esta é uma trajetória essencialmente masculina, marcada por uma forte reprodução da origem social e para a qual contribui o baixo capital escolar de ambos os pais, muito em particular o das mães.

O modelo também revela boas potencialidades explicativas relativamente à trajetória dos profissionais e técnicos de enquadramento (Nagelkerke = 0,286). Neste caso, os efeitos significativos sugerem que mais que mera reprodução da condição de origem, esta trajetória é influenciada positivamente por qualificações acima da média de ambos os pais. Naturalmente que os efeitos da abertura do acesso ao ensino superior se fazem sentir e por isso é uma trajetória mais característica da geração de 1970-1975. Mas confirma-se, como já anteriormente havia sido sugerido, ser esta uma trajetória que os descendentes de operários, de independentes ou assalariados executantes em pluriatividade têm baixas probabilidades de seguir, em comparação com outras categorias sociais.

**Tabela 3 - Preditores das trajetórias de classe**

Regressão logítca (odds ratios)					
	Traj OI	Traj. PTE	Traj Doméstica	Traj EE	Traj EDL / TI
Capital escolar pai (anos escolaridade)	0,908*	1,136**	1,085	0,964	0,983
Capital escolar mãe (anos escolaridade)	0,815***	1,136**	0,826*	1,082*	0,973
Gênero Masculino <sup>a</sup>	4,259***	0,772	-	0,422** *	1,388
Geração 1950-1955 <sup>b</sup>	0,818	0,621*	1,798*	0,918	1,125
Classe Origem - EDL <sup>c</sup>	0,718	0,741	1,396	0,692	2,164
Classe Origem - PTE <sup>c</sup>	0,689	0,525	0,506	0,588	1,754
Classe Origem - TI <sup>c</sup>	0,423*	1,56	1,238	0,877	1,606
Classe Origem - TI (pluriactivos) <sup>c</sup>	2,185	0,164*	1,704	0,952	1,048
Classe Origem - AI <sup>c</sup>	0,636	0,39	2,386	0,716	2,420*
Classe Origem - AI (pluriactivos) <sup>c</sup>	0,501	0,804	3,233	0,426	2,655
Classe Origem - OI <sup>c</sup>	2,360**	0,383**	0,816	0,634	1,207
Classe Origem - AA <sup>c</sup>	0,72	-	3,807*	0,775	1,839
Classe Origem - AE (pluriactivos) <sup>c</sup>	1,575	0,255**	1,758	1,264	0,676
Nagelkerke	0,293	0,286	0,114	0,072	0,047

<sup>a</sup> A categoria de referência para comparação é “Feminino”;

<sup>b</sup> A categoria de referência para comparação é “Geração 1970-1975”;

<sup>c</sup> A categoria de referência para comparação é “EE”

\* $p < 0,05$ ; \*\* $p < 0,01$ ; \*\*\* $p < 0,001$

Em relação à trajetória das domésticas, o modelo tem um Nagelkerke de 0,114. Esta é uma trajetória sobretudo de mulheres descendentes de famílias em que havia assalariamento na agricultura, mais provável na geração de 1950-1955 do que na geração posterior. É importante notar que também neste caso a baixa escolaridade das mães contribuiu significativamente para que as filhas sigam esta trajetória.

O modelo explicativo revela-se menos eficaz, relativamente às restantes trajetórias. Ainda assim, é possível dizer que trajetória dos empregados executantes (Nagelkerke = 0,072) é essencialmente feminina e é também influenciada (positivamente) pela escolaridade das mães. Por fim, relativamente à trajetória dos EDL/TI/AI (Nagelkerke = 0,047), o único efeito significativo diz respeito aos descendentes de agricultores independentes, que têm maior probabilidade de seguir esta trajetória do que qualquer outro grupo. Em relação a esta trajetória, o menor potencial explicativo do modelo será, entre outros fatores, resultante da sua própria heterogeneidade.

## 6. Notas conclusivas

Observou-se a existência de padrões de mobilidade social diferenciados em cada geração, muito embora se encontrem semelhanças nas trajetórias identificadas, em termos da sequência de lugares de classe sucessivamente ocupados. As diferenças são patentes nas mudanças da importância relativa de cada tipo de trajetória, tanto em termos de geração como em função do género.

Na geração de nascidos entre 1970 e 1975, observa-se uma redução substancial da trajetória do trabalho doméstico feminino e uma diminuição do acesso a trajetórias no operariado. A trajetória operária é suplantada, enquanto a mais frequente, pela do emprego executante. O crescimento do trabalho executante é alimentado sobretudo pelas mulheres. Mas, apesar da mutação da sua importância relativa, as trajetórias correspondentes a profissões com acesso a menos recursos materiais e destituídas de recursos de autoridade continuam a representar mais de dois terços do total.

Na última geração verificou-se também um crescimento substantivo das trajetórias que dão acesso a posições mais qualificadas. Embora o seu crescimento possa ser relacionado com alterações estruturais no próprio sistema de ensino superior, também neste caso são as mulheres que protagonizam as diferenças mais significativas. De facto, na geração de nascidos entre 1970 e 1975, as mulheres suplantam os homens no acesso à trajetória mais qualificante, ainda que a diferença seja marginal. Já a trajetória de empresários, dirigentes e independentes mantém-se dominada pelos homens. O seu decréscimo da primeira para a segunda geração parece ser resultante da heterogeneidade deste grupo, uma vez que também inclui os proprietários e trabalhadores agrícolas, frações que se foram rapidamente esvaziando. A compreensão exata desta trajetória implicará uma análise mais detalhada.

Sendo certo que a inserção profissional, ponto de acesso ao indicador socioprofissional de classe social, é determinante para as trajetórias, parece evidente que o mecanismo de reprodução das desigualdades opera a montante da mesma. Salientam-se diversas observações no que diz respeito ao efeito da classe social de origem nas trajetórias. Em ambas as gerações, predominam grupos domésticos com escassos recursos materiais, essencialmente com origem no operariado e em situações de assalariamento em pluriatividade. O número de famílias de origem que dependem do trabalho independente é relativamente baixo e é praticamente idêntico nas duas gerações. Na geração nascida em meados dos anos 70 existe um maior número de grupos domésticos com raiz no empresariado e em famílias de quadros. Apesar de existirem mais famílias de origem de quadros as qualificações escolares são extremamente baixas em ambas as gerações. São também desigualmente distribuídas em termos de género, com privilégio para os homens.

A desigual distribuição de recursos, materiais e escolares, é essencial para a compreensão das trajetórias de classe e da mobilidade social, muito embora se observem diferenças geracionais consideráveis nos mecanismos de reprodução das desigualdades. No caso dos descendentes de famílias de quadros, a norma é a reprodução da classe social, através de trajetórias de qualificação. Mas em relação aos oriundos de famílias de empresários e dirigentes a situação é diversa. Se na primeira geração analisada tendiam a reproduzir essa condição na trajetória de classe, na segunda geração os dados mostram o predomínio do acesso a posições mais qualificadas. Este facto pode ser indiciador de que o acesso a profissões qualificadas se foi tornando mais importante para manutenção e exercício de posições de autoridade.

Entre os oriundos em grupos sociais com menores recursos, também se observam fluxos de mobilidade pela via da qualificação. Tal ocorre essencialmente entre aqueles que provêm de famílias onde predomina o trabalho executante, em casos onde existe alguma acumulação de capital cultural. Pelo contrário, é entre os descendentes de operários que, com maior probabilidade, se observam trajetórias que conduzem à reprodução da situação dos pais, sobretudo no caso dos homens.

Este conjunto de resultados, em particular a diferença observada no acesso à trajetória de maior qualificação e acesso ao emprego técnico, confirmam que a uma igualdade teórica no acesso não corresponde, maquinalmente, uma “igualdade de oportunidades”. As profissões mais qualificadas, que sempre gozaram de prestígio social, passaram a fazer parte das aspirações e anseios de mobilidade dos progenitores e dos seus investimentos, materiais e outros, na educação dos filhos, sobretudo a partir do momento em que se tornaram relativamente mais acessíveis por via da expansão do ensino superior. Mas a verdade é que as substanciais diferenças no ponto de partida, em termos de classe social, tanto em termos de recursos materiais como educacionais, continuam a ser decisivas para explicar as trajetórias de classe. Um dos resultados substantivos mais relevantes desta investigação diz respeito à importância das qualificações escolares das mães nas trajetórias dos descendentes, que têm maior impacto que o nível qualificacional dos pais. Em comparação com o nível médio, quanto mais baixas as qualificações das mães mais verosímil a possibilidade dos descendentes seguirem trajetórias no operariado ou serem domésticas. Se é verdade que os investimentos pedagógicos dos ascendentes serão diferenciados em função do habitus de classe social (Lahire, 2004), as diferenças na valorização das esferas do trabalho e da escola, manifestas em saídas precoces da escola para ingressar no mercado de trabalho, corresponderão também a necessidades objetivas.

## 7. Bibliografia

- Abbott, Andrew, e Angela Tsay (2000). “Sequence Analysis and Optimal Matching Methods in Sociology”, *Sociological Methods & Research*, 29, (1), pp. 3-33.
- Aboim, Sofia (2011), “Família e mudança social em Portugal” em Karin Wall, Sofia Aboim e Mafalda Leitão, *Observatório das Famílias e das Políticas de Família - Relatório 2010*, Lisboa, OFAP.
- Atkinson, Will (2010), “Introduction: from affluence to reflexivity” em *Class, Individualization and Late Modernity: in search of the reflexive worker*, Hampshire, Palgrave Macmillan.
- Babbie, Earl (1989), *The practise of social research*, Belmont, California Wadsworth Pub. Company.
- Barreto, António (org.) (1996), *A situação social em Portugal, 1960-1999*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Bell, Daniel (1973), *Vers la société post-industrielle*, Paris, Robert Laffont.
- Bourdieu, Pierre (1984) [1979], *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*, Cambridge, Harvard University Press.
- Bourdieu, Pierre. (1997), *Razões práticas: sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta.
- Cabral, Manuel Villaverde (1998), "Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal", *Análise Social*, XXXIII (146-147), pp. 381-414.
- Clark, Terry e Seymour M. Lipset (2001), “Are social classes dying?” em Terry Clark e Seymour M. Lipset, *The Breakdown of class politics: a debate in post-industrial stratification*, Washington, The Johns Hopkins University Press - Woodrow Wilson Center Press.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2000), “Classes sociais na Europa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-43.
- Crompton, Rosemary (2003), “Class and Gender beyond the 'Cultural Turn’”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42, pp. 9-24.
- Crompton, Rosemary (2008), *Class and Stratification*, Cambridge, Polity Press, 2ª edição.
- Estanque, Elísio e José Manuel Mendes (1998). *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- Estanque, Elísio e José Manuel Mendes (1999), “Análise de classes e mobilidade social em Portugal: Um breve balanço crítico”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53.
- Grácio, Sérgio (1997), “A mobilidade social revisitada”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 24, pp. 45-69.
- Inglehart, Ronald (1997), *Modernization and Postmodernization*, Princeton, Princeton University Press.
- Lahire, Bernard (2004), *La culture des individus: dissonances culturelles et distinction de soi*, Paris, Editions La Découverte.
- Lipset, Seymour Martin, Reinhard Bendix e Hans Zetterberg (1994) [1959], “Social Mobility in Industrial Society” em David B. Grusky (ed.), *Social Stratification in Sociological Perspective*, San Francisco, Westview Press.
- Machado, Fernando Luís e António Firmino da Costa (1998), “Processos de uma modernidade inacabada”, em José Manuel Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 17-44.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova e João Ferreira de Almeida (2003), “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”, em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.

- Montagner, Miguel Ângelo (2007), "Trajetórias e Biografias: notas para uma análise bourdieusiana", *Sociologias*, Ano 9/17, pp. 240-264.
- Nisbet, Robert (1959), "The Decline and Fall of Social Class", *Pacific Sociological Review*, 2 (1).
- Pakulski, Jan e Malcolm Waters (1996), *The Death of Class*, London, Sage.
- Savage, Mike (2000), *Class Analysis and Social Transformation*, Buckingham, Open University Press.
- Wright, Erik Olin (1985), *Classes*, London, Verso.
- Wright, Erik Olin (1997), *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.

---

<sup>i</sup> O inquérito de âmbito nacional foi realizado em 2010 para o Projeto "Trajetórias familiares e redes sociais: a trajetória de vida numa perspetiva intergeracional".

<sup>ii</sup> No caso da trajetória das domésticas, o procedimento apenas incluí as mulheres. No modelo explicativo da trajetória dos profissionais e técnicos de enquadramento não foi considerada a origem de classe em famílias de assalariados agrícolas, pois na distribuição não existe nenhum caso em que descendentes de assalariados agrícolas tenham seguido trajetórias de profissionais técnicos e de enquadramento.